



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MANOELA RAYANE OLIVEIRA DA SILVA**

**AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS EM ENTIDADES DO TERCEIRO  
SETOR: UM ESTUDO DE CASO NAS INSTITUIÇÕES LOCALIZADAS NA  
CIDADE DO RECIFE**

Recife

2024

MANOELA RAYANE OLIVEIRA DA SILVA

**AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS EM ENTIDADES DO TERCEIRO  
SETOR: UM ESTUDO DE CASO NAS INSTITUIÇÕES LOCALIZADAS NA  
CIDADE DO RECIFE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Ciências  
Contábeis da Universidade Federal de  
Pernambuco - UFPE como requisito para  
a obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis.

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Rodrigo Vaz Gomes Bastos

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do  
SIB/UFPE

Silva, Manoela Rayane Oliveira da.

AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS EM ENTIDADES DO  
TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NAS INSTITUIÇÕES  
LOCALIZADAS NA CIDADE DO RECIFE / Manoela Rayane Oliveira da  
Silva. - Recife, 2024.

31 p, tab.

Orientador(a): Rodrigo Vaz Gomes Bastos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -  
Bacharelado, 2024.

Inclui referências, apêndices.

1. Terceiro Setor. 2. Contabilidade. 3. Transparência . I. Bastos, Rodrigo  
Vaz Gomes. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

MANOELA RAYANE OLIVEIRA DA SILVA

### **AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NAS INSTITUIÇÕES LOCALIZADAS NA CIDADE DO RECIFE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciência Contábeis.

Aprovado em 01 de abril de 2024.

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profº. Rodrigo Vaz Gomes Bastos (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Miguel Lopes de Oliveira Filho (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Myron Palhano Galvao Sobrinho (Examinador Externo)  
Universidade Católica de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado suporte em todos os momentos da minha graduação e principalmente na elaboração deste trabalho. A Nossa Senhora por seu colo materno nos momentos difíceis. Aos meus pais, Roberta e Manoel, por todo apoio e incentivo que deram em todas as áreas da minha vida, principalmente na faculdade. À minha avó Risalva por todas as vezes que rezou para eu ir bem nas provas. Ao Sport Club do Recife por ser minha válvula de escape. A todos os amigos que fiz na faculdade com eles, o processo foi mais divertido. Agradeço a todos os professores que tive na UFPE, em especial ao meu orientador. A meus amigos que acompanharam toda a minha trajetória, mesmo que virtualmente. Às instituições que me ajudaram no trabalho. E por fim agradeço à minha playlist de MPB que foi a trilha sonora desta pesquisa.

.

## **RESUMO**

Este estudo foi conduzido em três associações não governamentais do terceiro setor, localizadas na cidade do Recife, que não possuem finalidade de lucro. O objetivo principal da pesquisa foi verificar se essas organizações estão em conformidade com as normas contábeis vigentes. Além disso, buscou-se analisar como as organizações enxergam a contabilidade e a confiabilidade das informações financeiras fornecidas a elas. O estudo também teve como propósito examinar a aplicação da transparência nessas instituições e compreender qual a relação desse princípio com as organizações pesquisadas. Para alcançar tais objetivos, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema, aplicação de questionários nas instituições selecionadas e análise dos resultados obtidos por meio desses questionários. A pesquisa identificou alta conformidade com as demonstrações exigidas pela Lei 6.404/76 e a ITG 2002. Além disso, revelou uma lacuna no que tange a transparência e sua divulgação.

**Palavras-chave: Terceiro Setor. Contabilidade. Transparência**

## **ABSTRACT**

This study was conducted in three non-governmental associations in the third sector, located in the city of Recife, which do not have profit purposes. The main objective of the research was to verify whether these organizations are in compliance with current accounting standards. Furthermore, we sought to analyze how organizations view accounting and the reliability of the financial information provided to them. The study also aimed to examine the application of transparency in these institutions and understand the relationship between this principle and the organizations researched. To achieve these objectives, bibliographical research on the topic was carried out, questionnaires were applied to selected institutions and analysis of the results obtained through these questionnaires. The research identified high compliance with the statements required by Law 6,404/76 and ITG 2002. Furthermore, it revealed a gap in terms of transparency and disclosure.

**Keywords: Third sector. Accounting. Transparency**

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Compatibilidade dos relatórios feitos pelo CAMM com os obrigatórios por lei.....	22
Tabela 2- Compatibilidade dos relatórios feitos pela Assobecer com os obrigatórios por lei.....	23
Tabela 3 - Compatibilidade dos relatórios feitos pelos Trapeiros com os.....	24

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 Problema.....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 Justificativa.....</b>	<b>10</b>
<b>1.3 Objetivo geral.....</b>	<b>10</b>
<b>1.4 Objetivo específicos:.....</b>	<b>11</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Terceiro setor.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Classificação das Entidades do Terceiro Setor.....</b>	<b>14</b>
<b>2.3 Contabilidade para o terceiro setor.....</b>	<b>15</b>
<b>2.4 Prestação de contas e Transparência.....</b>	<b>16</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>21</b>
<b>4.1 Organizações Pesquisadas.....</b>	<b>21</b>
<b>4.2 Antecedentes.....</b>	<b>21</b>
<b>4.3 Análise práticas contábeis.....</b>	<b>22</b>
<b>4.4 Prestação de contas e transparência.....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>30</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Na opinião de Araújo (2005), pode-se afirmar que, no panorama econômico mundial, existem três setores distintos, que de formas diversificadas movimentam a economia e trabalham para a evolução da sociedade. O primeiro setor corresponde ao poder público que realiza suas funções com recursos financiados pelo povo e tem como principal interesse a manutenção dos interesses da população. O segundo setor é composto por empresas privadas que tem por objetivo a obtenção do lucro. Já o terceiro setor é um setor integrante da sociedade civil constituído por organizações privadas sem fins lucrativos que buscam o bem comum. O bom funcionamento, a troca e o equilíbrio desses três segmentos são importantes para sustentar o progresso do nosso país e assegurar a contínua promoção do bem-estar da população.

Aponta Rothgiesser,

O terceiro setor consiste em cidadãos que participam de modo espontâneo e voluntário de ações que visam o interesse social. Isto vem mostrar algo em comum com o Estado que é o fato de ambos cumprirem com uma função eminentemente coletiva.

O Terceiro Setor se configura como uma ação filantrópica suprimindo uma demanda deixada pelos outros dois setores. Torna-se cada vez mais importante em seu aspecto social, e ganha cada vez mais importância no aspecto econômico como mostra um estudo recente realizado Sob a coordenação da Sitawi Finanças do Bem e executada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2023): revelou que as atividades filantrópicas desempenham um papel significativo na economia brasileira, contribuindo com 4,27% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022.

Em Recife, segundo dados do IBGE (2016), o terceiro setor é responsável por mais de 100 mil empregos formais, sendo a maioria desses na área da saúde. Com o crescimento do terceiro setor, tanto na economia e principalmente no seu impacto social, é necessário olhar como as instituições que compõem tal segmento estão financeiramente e como é sua conduta nesse aspecto. Sendo a contabilidade uma das ciências mais antigas do mundo e a mais indicada para desempenhar esta função, o seu papel é o de buscar para uma organização, as informações econômico-financeiras sobre seu patrimônio e suas mutações.

Em função disso, neste trabalho, pretende-se investigar quais as práticas contábeis adotadas pelas entidades do terceiro setor na cidade do Recife, se estão de acordo com as normas vigentes e além disso, pretende-se analisar como a transparência nas demonstrações contábeis e relatórios financeiros contribui para a confiança dos usuários nas informações.

### **1.1 Problema**

As instituições do terceiro setor com funcionamento em Recife, estão em conformidade com as normas contábeis e estão sendo transparentes quanto às questões econômicas.

### **1.2 Justificativa**

Este problema de pesquisa busca analisar as práticas contábeis adotadas em organizações do terceiro setor localizadas em Recife averiguando se estão em conformidade com a legislação, como é tratada a questão da transparência e se esses dois fatores impactam as organizações que desempenham um papel crucial na comunidade local. A escolha da capital pernambucana se deu pela variedade de organizações do terceiro setor atuando na região, de acordo com dados do IBGE (2016) são mais de 7 mil entidades, além disso não tem quantidade expressiva de literaturas focadas na cidade do Recife.

### **1.3 Objetivo geral**

Analisar as práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor na cidade do Recife, avaliando sua conformidade com as normas contábeis vigentes, sua transparência e investigando seu impacto na qualidade das informações financeiras.

**1.4 Objetivo específicos:**

- Avaliar o grau de conformidade das práticas contábeis com as normas brasileiras de contabilidade.
- Analisar a percepção dos usuários das demonstrações contábeis sobre a confiabilidade das informações financeiras.
- Identificar as práticas contábeis mais comuns nas organizações do terceiro setor.
- Propor recomendações para melhoria da Transparência.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Tendo em vista o problema e os objetivos apontados pela pesquisa, esta seção aborda os conceitos relacionados ao terceiro setor, seu aspecto teórico, legal e particularidades do mesmo.

### **2.1 Terceiro setor**

Ao mencionar "Terceiro Setor", deduz a existência do "Primeiro" e do "Segundo". A sociedade se organiza em três setores distintos, no primeiro setor se encontram as organizações governamentais, que tem por objetivo a arrecadação de dinheiro para atender os interesses coletivos. O primeiro setor, é conhecido como Estado, representa o poder público e seus membros, como as prefeituras, governos estaduais e a União, responsáveis pela distribuição dos recursos e pela difusão da igualdade social. Para cumprir seu papel, o Estado utiliza ferramentas de arrecadação, como por exemplo o Imposto de Renda, investindo em áreas como saúde, educação e segurança pública. Idealmente, a máquina estatal deve ser eficiente e gastar o mínimo possível entre a arrecadação e a aplicação dos recursos na sociedade. Em resumo, o primeiro setor desempenha um papel crucial na redistribuição de recursos e na promoção do bem-estar da sociedade, quando administrado de forma eficiente e transparente.

O segundo setor, conhecido como mercado privado, é essencial na economia por sua capacidade de criar valor e atender às necessidades da sociedade de forma rápida e eficiente. Diferentemente do Estado, que não cria valores monetários, o mercado privado gera riqueza por meio da produção e troca de bens e serviços, impulsionando o desenvolvimento econômico. No entanto, o mercado privado não é perfeito e pode apresentar falhas, como monopólios. Nessas situações, o primeiro setor (Estado) intervém para corrigir tais distorções, por meio de regulamentações e políticas públicas que visam garantir a concorrência justa.

É importante ressaltar que o ideal é a harmonia entre os setores, com o mercado privado atuando de forma produtiva e o Estado regulando e fiscalizando para garantir o bem-estar da sociedade. O segundo setor envolve as entidades privadas com fins lucrativos, são designadas como segundo setor porque, após o governo, as empresas privadas exercem maior influência na sociedade, sendo responsáveis pela geração de empregos, prestação de serviços, oferta de produtos e

atuam de maneira intermediária com os outros setores da sociedade.

O termo "Terceiro Setor" surge para abranger organizações não governamentais e sem fins lucrativos, destacando-se como uma esfera distinta da sociedade que atua visando objetivos sociais e não apenas econômicos.

De acordo com Araújo (2005, p. 5):

[...] as organizações participantes do terceiro setor possuem duas características principais que as diferem das demais: não distribuem lucro, como fazem as organizações pertencentes ao setor privado, nem estão sujeitas ao controle estatal, como organizações do setor público.

O surgimento do terceiro setor decorreu das necessidades da sociedade que não eram atendidas pelo Estado, que justifica essa situação por ter uma atuação muito abrangente, gerando situações de deficiências (SILVEIRA; BORBA, 2010). Conforme Barbieri (2008, p. 57), o "conjunto de organismos, organizações ou instituições dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento". E Para Vilanova (2004, p. 32): "O terceiro setor é o conjunto de organizações privadas que desenvolvem ações que visam à prestação de serviços considerados de interesse público, cujos resultados alcançados se revertem à própria sociedade".

Scheunemann e Rheinheimer (2013) definem o Terceiro Setor como um conjunto de entidades sem fins lucrativos, unidas em prol do bem social, buscando sinergia com o primeiro e segundo setores. Na medida em que favorece a implementação de iniciativas sociais em áreas onde o Estado não atende integralmente às demandas, as organizações do terceiro setor "são instituições com grande interesse de representatividade, podendo ser vistas como legítimas representantes dos interesses da sociedade civil" (SANTOS, 2012, p. 21).

Sendo assim, entende-se por Terceiro Setor uma gama variada de organizações que vão desde entidades sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, fundações, projetos sociais ligados a empresas, dentre outras, e tendo como destaque as chamadas ONGs - organizações não-governamentais - (CARRION, 2000). As entidades sem finalidade de lucro são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit.

Diante o exposto podemos entender que o termo Terceiro Setor é usado para caracterizar organizações sem finalidade de lucro que são constituídas legalmente como entidades de direito privado. Tais organizações têm como meta atender aos interesses gerais da sociedade, atuando de maneira difusa e coletiva, sem restrições quanto aos beneficiários de seus serviços e na busca pelo bem comum.

## **2.2 Classificação das Entidades do Terceiro Setor**

Conforme o disposto no Código Civil Brasileiro, artigo 44, são consideradas pessoas jurídicas de direito privado as associações, sociedades, fundações, organizações religiosas e partidos políticos (BRASIL, 2002). As organizações sociais que integram o terceiro setor no Brasil são classificadas principalmente nas categorias associações e fundações. As sociedades não integram o terceiro setor porque se caracterizam por terem finalidade econômica.

A associação é uma pessoa jurídica de direito privado que tem por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas e não visam lucros. Com a aquisição da personalidade jurídica a associação passará a ser sujeito de direitos e obrigações, cada membro da associação terá sua própria identidade legal, assim como a própria associação. Nesse contexto, os membros da associação também terão responsabilidades e direitos uns com os outros.

Uma Fundação é uma entidade dotada de personalidade jurídica, conforme previsto no Código Civil, destinada a fins de interesse público ou social. Diferente das Sociedades Cívis e Associações, as Fundações se constituem não pela associação de pessoas físicas, mas a partir da dotação de um patrimônio inicial, utilizado para serviços de interesse coletivo.

A criação de uma Fundação requer autorização do Ministério Público, que avalia o estatuto e a adequação do patrimônio para os fins propostos. Regulamentadas desde sua formação até a extinção pelo Código Civil, Código de Processo Civil e Lei de Registros Públicos, as Fundações são direcionadas a propósitos não lucrativos, como religiosos, morais, culturais ou de assistência. Sendo a distribuição de lucros proibida, as Fundações podem realizar atividades econômicas, desde que os recursos sejam integralmente reinvestidos em suas finalidades estatutárias.

As Organizações Religiosas somente podem ser consideradas pertencentes ao Terceiro Setor quando desenvolverem atividades de interesse social, isto é, quando a sua atuação gere benefícios não só para os membros dessas comunidades, mas para um público mais amplo, porém essas não têm personalidade jurídica de Associação ou Fundação.

E as tão famosas ONGs (organizações não governamentais)? Nos textos legais, não há uma classificação específica para ONGs, e o termo não é mencionado em regulamentações jurídicas para efeitos de categorização específica. O termo ONG podemos dizer que é um apelido para as sociedades civis que são formalmente reconhecidas pelo Código Civil enquanto pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos e enquadram-se na legislação como Associações ou Fundações. Ou seja, Salvo as instituições religiosas todas as entidades de natureza privada sem fins lucrativos, juridicamente são Associações ou Fundações.

### **2.3 Contabilidade para o terceiro setor**

A ITG 2002(R1), que trata de Entidades Sem Finalidade de Lucros estabelece que as entidades do Terceiro Setor são caracterizadas pelo fato de que os resultados positivos não são destinados aos detentores do patrimônio líquido, e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit. Essa definição destaca a natureza não lucrativa dessas entidades, reforçando que seu propósito principal não é gerar ganhos financeiros para acionistas ou proprietários, mas sim buscar impacto social positivo e solucionar problemas em diversas áreas. A lei define o termo “sem fins lucrativos” como sendo aquela sociedade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. Essa abordagem contábil reflete a ênfase na finalidade social e no direcionamento dos recursos para a consecução dos objetivos sociais das entidades do Terceiro Setor.

Uma característica do terceiro setor é que o conceito fundamental de Patrimônio Líquido permanece o mesmo, a equação patrimonial clássica, representada pela diferença entre ativo e passivo, não se modifica. A única variação

ocorre na nomenclatura, sendo denominada Patrimônio Social em vez de Patrimônio Líquido.

Conforme a Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas, Artigo 176 Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; e demonstração dos fluxos de caixa; e se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. O item 22 da ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros aprovada pelo CFC diz que:

22.As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

## **2.4 Prestação de contas e Transparência**

A Pesquisa Doação Brasil (2022), do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), apontou que somente 31% da população considera ONGs confiáveis e que apenas a mesma proporção deixa claro o que faz com os recursos que recebe. Uma das formas de tentar mudar esse cenário é sendo transparente quanto aos seus gastos, a pesquisa fala sobre ONG mas pode ser aplicada às entidades do terceiro setor no geral.

De acordo com o Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social, editado pelo Conselho Federal de Contabilidade (2007, p. 78):

Prestação de contas é o conjunto de documentos e informações disponibilizadas pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados, da gestão dos administradores das entidades, de acordo com as competências de cada órgão estabelecida no seu estatuto ou lei.

A prestação de contas configura-se como um instrumento vital para promover a transparência no processo de administração das entidades pertencentes ao terceiro

setor. Sua apresentação deve ocorrer inicialmente perante o órgão deliberativo da entidade e, posteriormente, quando aplicável, ao órgão público responsável.

Accountability é uma expressão originada do inglês, sem uma tradução direta para o português. No entanto, pode ser interpretada como a prática responsável de prestação de contas. Conforme França (2007), a transparência no Terceiro Setor parte do pressuposto de que os recursos colocados à disposição dos gestores devem ser informados de forma sistemática, transparente e de livre acesso por parte de seus financiadores. Ademais as entidades do terceiro setor são financiadas em grande parte por recursos doados pelo governo ou empresas do setor privado, há uma cobrança por parte desses financiadores em relação à transparência dos gastos realizados com essas doações para se ter certeza de que os recursos foram utilizados adequadamente para promover as atividades-fim da entidade, beneficiando a sociedade.

Baptista (2006) afirma que a transparência na prestação de contas tem por finalidade promover a aproximação das entidades do Terceiro Setor aos diferentes públicos aos quais se destinam suas atividades, já que “hoje em dia, não se trata mais de uma simples questão de capitanear pessoas para uma determinada causa”, mas de buscar, aliar recursos humanos, materiais e financeiros em prol de causas sociais. A transparência é um princípio fundamental para qualquer organização, especialmente para aquelas que lidam com recursos públicos ou têm impacto na comunidade. Instituições que não possuem uma parte de seu site destinada a isso podem se beneficiar imensamente ao implementar essa ferramenta.

A divulgação das informações financeiras para instituições que ainda não o possuem traz diversos benefícios. Em primeiro lugar, a transparência aumenta a confiança da comunidade e dos financiadores na instituição, pois demonstra compromisso com a prestação de contas e a boa gestão dos recursos. Além disso, a transparência contribui para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, uma vez que a divulgação das informações permite identificar e corrigir eventuais problemas de forma mais rápida e eficaz. Outro benefício importante é o fortalecimento da democracia e da participação cidadã. Com acesso às informações sobre as atividades e os gastos da instituição, a sociedade civil pode acompanhar e fiscalizar suas ações, contribuindo para uma gestão mais democrática e responsável.

Para Silveira e Borba (2010, p. 43) " A evidenciação Contábil   a forma mais usual, e em muitas entidades   a única forma para demonstrar   sociedade o valor social de suas atividades." Assim, a adequa o da evidencia o contábil das entidades do Terceiro Setor pode ser considerada como  ndice de transparência dessas entidades, informa o de suma importância para gerar crédito a essas Entidades diante da sociedade.

### 3. METODOLOGIA

Considerando que o presente trabalho tem como objetivo analisar as práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor na cidade do Recife, avaliando sua conformidade com as normas contábeis vigentes, a divulgação da transparência e investigando seu impacto na qualidade das informações financeiras. Esta pesquisa utilizará uma abordagem empírico-analítica de caráter descritivo. Martins (1994, p. 26) diz que a pesquisa empírico-analítica:

Privilegiam estudos práticos. Suas propostas têm caráter técnico, restaurador e incrementalista. Têm forte preocupação com a relação causal entre variáveis. A validação da prova científica é buscada através de testes de instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

Quanto aos procedimentos, os métodos e ferramentas empregados na pesquisa incluem: revisão bibliográfica e documental, coleta de dados em sites de organizações do Terceiro Setor, análise e interpretação da literatura, investigação de dados já existentes sobre o tema e um estudo de caso nas instituições selecionadas. De acordo com Gil estudo de caso é:

Um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação.(YOUNG, 1960, p.269 apud GIL, 1996, p. 59).

Quanto à amostra, a coleta de dados iniciou-se através de busca no sítio eletrônico mapa das organizações da sociedade civil onde foram selecionadas 20 instituições cujo critério era se localizar em Recife. Em seguida, buscou-se no sítio eletrônico de cada instituição mais informações sobre as mesmas. Foi realizado contato por e-mail com as 20 entidades selecionadas apresentando os objetivos da pesquisas e com link para um formulário no google forms. Apenas 3 atenderam às solicitações encaminhadas,foi uma amostragem de conveniência que envolveu obter respostas de pessoas que estavam disponíveis e a participar. A amostragem por conveniência é uma técnica de amostragem não probabilística e não aleatória utilizada para selecionar amostras com base na facilidade de acesso. Essa técnica considera a disponibilidade das pessoas para participar da amostra em um determinado período de tempo, bem como qualquer outra especificação prática de um elemento específico. O problema principal desta abordagem é que as pessoas

que estão dispostas a participar podem diferir de modo importante dos que não estão dispostos. Com as organizações que se interessaram em colaborar com a pesquisa os dados foram coletados da maneira que o entrevistado achou melhor, alguns responderam o questionário diretamente no google docs, outros preferiram ser perguntados e responder por ligação nos moldes de entrevista.

Conforme Marconi e Lakatos(2007) a entrevista padronizada ou estruturada é realizada de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas. Com os dados coletados foi feita uma prévia análise quantitativa e depois foram analisados de forma quantitativa e qualitativa e serão apresentados no capítulo dos resultados. Segundo Ludke e André (1986), na pesquisa qualitativa o significado atribuído às situações vividas pelas pessoas é o foco do pesquisador. Essa abordagem, então, corresponde ao caráter que desejávamos adotar neste estudo.

Posteriormente, procede-se à comparação das informações coletadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade, Lei das sociedades anônimas lei 6.404/76 e com a ITG 2002 (R1) entidades sem finalidades de lucro, verificando se todos os dados estejam em conformidade com os padrões estabelecidos. Além disso, foi conduzida uma investigação sobre a qualidade e a quantidade de informações gerenciais disponibilizadas e utilizadas pela diretoria de cada organização. Para tanto, utilizam-se recursos descritivos com o objetivo de organizar e estruturar os dados, permitindo uma análise de cada grupo de informações empregado nas organizações objeto da pesquisa.

Além disso, entrevistas e questionários realizados com gestores de cada entidade forneceram uma base para a coleta de dados. Tendo em conta que as entidades que compõem a amostra diferem significativamente nas suas atividades, optou-se por realizar uma análise separada de cada entidade. Desta forma, garante-se que é dada a devida consideração às especificidades e peculiaridades de cada entidade.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

### 4.1 Organizações Pesquisadas

O **Centro de Atendimento de Meninos e Meninas (CAMM)** fica localizado na Rua Ary Peter, 80, Linha do Tiro, Recife-PE. Atua na educação das crianças da comunidade, com oferta de atividades extracurriculares e assistência às famílias.

A **Associação Beneficente dos Cegos do Recife**, conhecida como ASSOBECECER, com localização na Estrada dos Remédios, 1558, Afogados, Recife/PE. É uma organização civil de direito privado, sem fins lucrativos, seu objetivo é prestar atendimento a pessoas cegas e/ou com baixa visão, por meio de ações nas áreas de educação, reabilitação, profissionalização e assistência social. A missão da ASSOBECECER é ajudar pessoas cegas e/ou com baixa visão, cuidando e capacitando-as para serem incluídas na sociedade e terem melhores perspectivas e qualidade de vida.

**Associação dos Trapeiros de Emaús**, mais conhecida como "Trapeiros de Emaús". Fica localizada na Rua Mamede Coelho, 53, Dois Unidos, Recife/PE. O trabalho dos Trapeiros de Emaús consiste na coleta de objetos em desuso, sua recuperação em oficinas de reparo e a venda a preços simbólicos em bazares comunitários.

### 4.2 Antecedentes

As organizações sociais que integram o terceiro setor no Brasil são classificadas nas categorias associações e fundações. O Centro de Atendimento de Meninos e Meninas (CAMM), a Associação Beneficente dos Cegos do Recife (ASSOBECECER) e a Associação dos Trapeiros de Emaús que foram o objeto desta pesquisa possuem personalidade jurídica de associação, sendo assim uma pessoa jurídica de direito privado tendo por objetivo a realização de atividades culturais, sociais, religiosas, recreativas e que não visam lucros. Todas as instituições citadas têm sedes em locais próprios, não tendo que se preocupar com aluguel.

O CAMM não tem funcionários registrados, contando unicamente com o apoio de voluntários para realizar suas atividades. A ASSOBECECER e os Trapeiros de

Emaús além do trabalho voluntário tem funcionários contratados a Associação Beneficente dos Cegos do Recife conta com 13 funcionários e conta com diretoria, conselho fiscal e assessores. Os trapeiros não deram um número exato mas afirmou passar de 15. Todas as instituições pesquisadas não possuem convênios públicos sejam eles estadual, municipal ou federal, tendo a doação como seu principal meio de sobrevivência, salvo o Tapeiros de Emaus que além de donativos contam com as vendas dos materiais recuperados.

### 4.3 Análise práticas contábeis

O Centro de Atendimento de Meninos e Meninas (CAMM), a Associação Beneficente dos Cegos do Recife (ASSOBECER) e a Associação dos Trapeiros de Emaús têm a contabilidade feita por escritórios particulares. Conforme dito anteriormente as instituições sem finalidade lucrativa tem obrigação de elaborar com base na escrituração contábil anualmente o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

No CAMM são elaborados anualmente pelo escritório responsável: Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração de origens e aplicações de recursos, Notas explicativas do Balanço, Fluxo de caixa e Relatório de Despesas.

Tabela 1 - Compatibilidade dos relatórios feitos pelo CAMM com os obrigatórios por lei

LEI 6.404/76	ITG 2002
BP	BP
DLPA	DRE
DRE	DMPL
DFC	DFC
	Notas Explicativas
75%	80%

Fonte: autor

Com a lei 6.404/76 das sociedades civis tem 75% de compatibilidade, faltando a demonstração do lucro e prejuízos acumulados. Com a ITG 2002 falta a

Demonstração do patrimônio líquido para atingir os 100% ficando com 80%. Além das obrigatoriedades a organização produz a Demonstração de origens e aplicação de recursos (DOAR), que consiste em um relatório contábil que indica as movimentações financeiras de uma empresa, principalmente no que tange os financiamentos (representados pelas origens dos recursos) e investimentos, que são as aplicações desses recursos. O fluxo de caixa que possibilita acompanhar as finanças. Ele registra todas as entradas e saídas financeiras do caixa de uma empresa. Parece ser simples mas é importante e permite o rastreo dos gastos e a projeção de lucros em um determinado período, ou seja é um relatório de tudo que entrou e saiu. E o relatório de despesas que detalha os gastos incorridos em um determinado período sendo útil para analisar se está havendo um gasto desnecessário.

Na Assobecer é feito anualmente por escritório contábil os seguintes relatórios: Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado do Exercício, Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas explicativas do Balanço, Fluxo de caixa, e relatório dos Associados.

Tabela 2- Compatibilidade dos relatórios feitos pela Assobecer com os obrigatórios por lei

LEI 6.404/76	ITG 2002
BP	BP
DLPA	DRE
DRE	DMPL
DFC	DFC
	Notas Explicativas
100%	80%

Fonte: autor

Com a ITG 2002(R1) que trata sobre entidades sem finalidade de lucro a compatibilidade foi de 80% faltando a elaboração da DMPL, já explicada anteriormente. Já com a lei das sociedades anônimas teve 100% de conformidade. Embora o relatório gerencial a respeito dos associados não seja obrigatório, ele é de extrema importância para a gestão da entidade, com ele é possível prever estratégias que tragam bons resultados financeiros futuros para sua Instituição, o que auxilia na tomada de decisão mais assertiva e um monitoramento de resultados

contínuos, esse relatório vai responder questões como, Quantos Associados se filiam por mês? Quantos associados eu tenho em determinada região?

No Trapeiros de Emaús anualmente é elaborado Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado do Exercício, Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas explicativas do Balanço, Fluxo de caixa.

Tabela 3 - Compatibilidade dos relatórios feitos pelos Trapeiros com os obrigatórios por lei

LEI 6.404/76	ITG 2002
BP	BP
DLPA	DRE
DRE	DMPL
DFC	DFC
	Notas Explicativas
100%	100%

Fonte: autor

A associação Trapeiros de Emaús, apresenta compatibilidade total com os itens pedidos na Lei 6.404/76 tanto nas pedidas pelas normas brasileiras de contabilidade. A DMPL é um relatório contábil que serve para detalhar as alterações ocorridas no patrimônio líquido de uma empresa durante um determinado período. Além disso, é feito um relatório sobre as atividades realizadas pela associação, e das instituições pesquisadas foi a que melhor se saiu nessa questão.

#### 4.4 Prestação de contas e transparência

Todas as instituições pesquisadas afirmaram prestar contas anualmente e o que as levam a fazer isso é por ser política da própria entidade. O CAMM afirmou que presta contas visando a comunidade em que a instituição está inserida, os doadores que financiam as atividades e aos voluntários. A Assobecer presta contas pensando nos seus associados, maiores beneficiados com suas ações e no governo. Já os Trapéiros divulgam pela comunidade e para o governo.

Ao serem perguntadas qual a finalidade das informações contábeis, a maioria das respostas foi prestação de contas (Assobecer, CAMM e Trapeiros), CAMM citou também a avaliação de desempenho e os Trapeiros frisou o controle. Para a pergunta: Confia nas informações da contabilidade para auxiliar na tomada de decisão? Todas as instituições afirmaram que sim e além disso afirmaram que usam das informações para auxiliar também o planejamento financeiro do ano seguinte.

No que tange à divulgação das informações contábeis, nenhuma das organizações divulgam suas informações financeiras. Ao serem perguntados por alguma forma de divulgação da transparência, CAMM citou um relatório para os doadores, Assobecer faz reuniões com seus associados para divulgar e Trapeiros não respondeu à pergunta, levando a deduzir que fica entre a diretoria e não é compartilhado com os usuários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a produção de relatórios contábeis adotados por entidades do terceiro setor na cidade do Recife, avaliar sua conformidade com as normas contábeis vigentes, sua transparência e investigar seu impacto na qualidade das informações financeiras.

Com base nos dados apresentados, é crucial enfatizar a importância de que as instituições pesquisadas confiem nas informações recebidas para auxiliar na tomada de decisões e na aplicação da contabilidade nas organizações. Em relação aos relatórios produzidos as organizações demonstram um alto índice de compatibilidade com a Lei 6.404/76 e a ITG 2002, mas é necessário estar atento a alguns itens que ainda estão pendentes. Embora seja importante que estejam em conformidade com a legislação contábil, será suficiente?

Durante a pesquisa entendeu que as instituições elaboram os relatórios esperados, porém não se tem acesso a eles por meios virtuais. Isso pode ser um empecilho para uma futura doação já que segundo pesquisas o aumento da transparência dos bastidores das doações, assim como o seu destino, são essenciais para o crescimento das doações no Brasil. Nesse caso pode ser indicado passar a fazer prestação de contas nos canais oficiais das organizações, sendo uma ferramenta poderosa para a captação de recursos e parcerias. Instituições transparentes têm mais chances de atrair investidores e apoiadores, que se sentem mais seguros ao contribuir com uma organização que demonstra transparência e responsabilidade na gestão de recursos.

O terceiro setor desenvolve várias atividades em prol da sociedade e atua visando causar um impacto social positivo chegando em áreas onde muitas vezes o serviço público não abrange. Em resumo, a criação de um portal da transparência ou algum outro meio de prestação de contas com um fácil acesso a qualquer pessoa para instituições que ainda não o possuem é uma medida que deve aumentar a confiança da comunidade e dos financiadores, promover a participação da população e facilitar a captação de recursos.

Este trabalho é importante para que a sociedade tenha conhecimentos dos bastidores das entidades sem finalidade de lucros, que devem fazer uso da contabilidade e prestar contas. Para as organizações também é importante pois tem

que estar atento a atos que passem confiança ao seu doador, associados, comunidade, e dessa forma consiga crescer a sua captação de recursos.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para as organizações do terceiro setor. São Paulo: Atlas, 2005
- BAPTISTA, Rozália Del Gáudio Soares. Terceiro Setor: dilemas e polêmicas. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006
- BARBIERI, Carla Bertucci. Terceiro setor: desafios e perspectivas constitucionais. Curitiba: Juruá, 2008
- BLATT, Adriano. Análise de Balanços: Estrutura e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis. São Paulo: Makron Books, 2001.
- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em : [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm) Acesso em: 20 nov 2023
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm) Acesso em: 24 nov 2023
- CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos - a participação do mercado no Terceiro Setor. Tempo Social. São Paulo, v. 12, n 2, novembro de 2000.
- Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins (CRC-TO). Apostila Terceiro Setor. Disponível em: [https://crcto.org.br/administracao/files/files/Apostila\\_Terceiro\\_Setor\\_Sind\\_Contabilistas.pdf](https://crcto.org.br/administracao/files/files/Apostila_Terceiro_Setor_Sind_Contabilistas.pdf) Acesso em: 19 nov 2023
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). ITG 2002 (R1): Entidade sem finalidade de lucro. Brasília: CFC, 2012. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002(R1)) Acesso em 12 ago 2024
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social. Brasília: CFC, 2007
- FRANÇA, M. M. Sistemas de controle no terceiro setor: um estudo exploratório das Igrejas Batistas da Grande João Pessoa -PB. João Pessoa: 2007. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3346/1/2007\\_RoberioDantasdeFranca.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3346/1/2007_RoberioDantasdeFranca.pdf) Acesso em: 19 nov 2023
- FRANÇA, Robério Dantas de. Sistemas de controle no terceiro setor: um estudo exploratório das igrejas batistas da grande João Pessoa – PB. 2007. Dissertação (Programa de PósGraduação em Ciências Contábeis – Mestrado). João Pessoa: Universidade de Brasília/Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Pernambuco/Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Generation Brazil. Conheça os três setores que compõem a nossa sociedade. Disponível em: <https://brazil.generation.org/2022/06/24/conheca-os-tres-setores-que-compoem-a-nossa-sociedade/> . Acesso em 17 jan 2024
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. (2022). Pesquisa Doação Brasil 2022. Disponível em: <https://www.idis.org.br/publicacoes/idis/pesquisa-doacao-brasil-2022/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2016). Recife - PE. IBGE Cidades. Disponível em: [IBGE | Cidades@ | Pernambuco | Recife | Pesquisa | Fundações privadas e associações sem fins lucrativos | Número de unidades locais](#)

Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Pesquisa Doação Brasil. Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Disponível em: <https://www.idis.org.br/tag/pesquisa-doacao-brasil/#:~:text=Apenas%2031%25%20concorda%20que%20as.%25%2C%20na%20pesquisa%20anterior>. Acesso em: 12 de ago 2024

LUDKE, Menga; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARCONI, M. De A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G de A. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1994

ROTHGIESSER, T.L. Sociedade Civil. A sociedade civil brasileira e o terceiro setor. São Paulo: [s.n], 2004.

SANTOS, Suely Xavier dos. Organização do Terceiro Setor. 1. ed. Natal: EdUNP, 2012.

SCHEUNEMANN, Arno Vorpapel; RHEINHEIMER, Ivone. Administração do Terceiro Setor. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

SILVEIRA, D.; BORBA, J. A. Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina. Revista Contabilidade Vista & Revista, v. 21, n. 1, p. 41-68, 2010

Sitawi. (2023). A importância do terceiro setor para o PIB no Brasil. Sitawi. Disponível em: <https://info.sitawi.net/terceiro-setor-pib-brasil>

VILANOVA, Regina Célia Nascimento. Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo, 2004. 167p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

## APÊNDICE

### Questionário aplicado às instituições.

Nome da Instituição:

CNPJ:

Endereço:

Sede: ( ) Própria ( ) Alugada ( ) Emprestada ( ) Outro:

Personalidade Jurídica: ( ) Associação ( ) Fundação ( ) OSCIP ( ) Outro:

Possui convênio? ( ) Federal ( ) Estadual ( ) Municipal ( ) Não possui

A prestação de contas é feita: ( ) Anual ( ) Semestral ( ) Outro:

A prestação de contas é para:

( ) Comunidade ( ) Governo ( ) Doadores ( ) Colaboradores ( ) Outro:

Possui portal da transparência online? ( ) Sim ( ) Não

Tem funcionários registrados?

( ) Sim ( ) Não

Quantos funcionários?

Possui apoio de voluntários? ( ) Sim ( ) Não

A contabilidade é feita por:

( ) Contador Próprio ( ) Escritório ( ) Voluntário ( ) Não é feita ( ) Outro:

Relatórios contábeis/informações disponibilizados:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração de resultado do Exercício
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração de origens e aplicações de recursos
- Demonstração do Valor Agregado
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Superávit/Déficit - DSPS
- Notas explicativas do Balanço
- Balanço social
- Fluxo de caixa
- Bens Patrimoniais
- Associados
- Despesas
- Outro:

Para a instituição qual a finalidade das informações contábeis?

Prestação de contas  Fiscais  Controle  Avaliação de desempenho  Outro:

Confia nas informações da contabilidade para auxiliar na tomada de decisão?  Sim (

) Não

O planejamento financeiro é elaborado com base nas informações contábeis?

Sim  Não é elaborado Outro:

Divulgação da transparência se dar por:

Relatório para doadores

Quadro de avisos

Internet

Jornais internos

Outro:

O que leva a prestação de contas?

Atender as normas

Política da entidade

Doadores

Outro: